



MUSICALIDADES QUILOMBOLAS RS: a revitalização de Maçambiques e Quicumbis nos anos pós-pandemia

Luciana Prass
UFRGS

luciana.prass@ufrgs.br

GT 9 - Das Tabancas de Cabo Verde aos Quilombos do Brasil:
Transfluências, cosmopolíticas da musicalidade e modalidades de resiliência
no Atlântico Negro

Resumo:

Entre os anos de 2006 e 2009 desenvolvi uma etnografia em comunidades quilombolas do RS. Nelas, além de práticas sonoras ligadas a nichos midiáticos como de músicas gauchescas e sertanejas, encontrei vivas e em constante processo de atualização, as tradições performáticas do Maçambique e dos Quicumbis, formas de Congadas como as que existem em outras regiões do país. No Maçambique de Osório, duas guardas de dançantes, tamboreiros, o Chefe do grupo, Capitães de Espada e a Alferes da Bandeira, acompanham e protegem a Rainha Ginga e o Rei do Congo em seus deslocamentos em cortejo, cantados e acompanhados por dança, *maçaquaias* e batidas de tambores, por ocasião da Festa do Rosário, de São Benedito e em Pagamentos de Promessas. No Quicumbi do Rincão dos Negros em Rio Pardo, Reis e Rainhas já não compõem o cortejo, mas dançantes, homens e mulheres, ao som de tambor e puíta, cantam e dançam enquanto embalam uma boneca ritual. Depois de um período extremamente desafiador com a pandemia da Covid-19, de perdas humanas além da ausência total de políticas públicas a comunidades quilombolas e a práticas culturais em geral, a aprovação das leis Aldir Blanc (2020/2022) e Paulo Gustavo (2022), fruto de grande mobilização social, favoreceu a retomada de projetos que abarcaram, entre outros grupos, coletivos negros. Nessa comunicação, discutirei projetos que vêm, recentemente, fortalecendo as tradições do Maçambique e dos Quicumbis no RS, em especial, dois documentários: *Quicumbi em Cachoeira do Sul: retomando fazeres ancestrais* e *Osório e o Maçambique: história de fé, cultura e identidade afro-brasileira*.

Palavras-chave: musicalidades quilombolas; tradições performáticas afro-brasileiras; Quicumbis; Maçambiques; Congadas no Rio Grande do Sul.

QUILOMBOLA MUSICALITIES IN RIO GRANDE DO SUL: the revitalization of Maçambiques and Quicumbis in the post-pandemic years

Abstract:

Between 2006 and 2009, I conducted ethnographic research in quilombola communities in Rio Grande do Sul. In these communities, in addition to sound practices linked to media niches such as gaucho and sertanejo music, I found the performative traditions of Maçambique and Quicumbis, forms of Congada similar to those found in other regions of the country, alive and constantly evolving. In the Maçambique of Osório, two groups of dancers, drummers, the group leader, the *Capitães da Espada*, and the *Alferes da Bandeira* accompany

and protect *Rainha Ginga* and the *Rei do Congo* during their processions, accompanied by singing and dancing, drumming, and other musical instruments, on the occasion of the Feast of the Rosary, Saint Benedict, and in the fulfillment of vows. In the Quicumbi of Rincão dos Negros in Rio Pardo, Kings and Queens no longer compose the procession, but dancers, men and women, to the sound of drums and percussion instruments, sing and dance while cradling a ritual doll. After an extremely challenging period with the Covid-19 pandemic, with human losses and the total absence of public policies for quilombola communities and cultural practices in general, the approval of the Paulo Gustavo Law in 2022, the result of great social mobilization, favored the resumption of projects that encompassed, among other groups, Black collectives. In this presentation, I will discuss projects that, since 2022, have been strengthening the traditions of Maçambique and Quicumbis in Rio Grande do Sul, in particular, two documentaries: Quicumbi in Cachoeira do Sul: resuming ancestral practices and Osório and Maçambique: a history of faith, culture and Afro-Brazilian identity.

Keywords: Quilombola musicalities; Afro-Brazilian performance traditions; Quicumbis; Maçambiques; Congadas in RS.

Introdução

Esta comunicação traz dados de uma pesquisa em andamento que dá continuidade às minhas relações de longa data com pessoas envolvidas com as práticas de Maçambiques, Quicumbis e Ensaio de Promessa, sotaques sonoro-perfomáticos de Congadas do Rio Grande do Sul (PRASS, 2009; 2013). O foco atual se concentra especialmente no período pós-pandemia da Covid-19 quando da promulgação das leis Aldir Blanc (BRASIL, 2020; 2022a) e Paulo Gustavo (BRASIL, 2022b) que passaram a fortalecer produções culturais, especialmente as audiovisuais, através de aportes financeiros de recursos públicos, priorizando alguns grupos sociais. No caso das tradições em tela, pessoas das próprias comunidades e detentoras dos saberes em questão, elas mesmas, ou apoiadas por produtores e produtoras parceiros/as, vêm propondo, pela via de projetos, os registros que desejam fazer. Além da questão dos recursos circularem nas próprias comunidades pelo fato dessas leis priorizarem grupos mais vulneráveis, do ponto de vista das produções geradas, o que se vê são camadas profundas de contar suas histórias, na medida que são as próprias pessoas das tradições que muitas vezes roteirizam, dirigem, escolhem os interlocutores para entrevistas, entrevistam e decidem o que desejam filmar e o que fica nas edições.

Com essas ideias em mente, este texto, articulado com a proposta do GT 9 – Das Tabancas de Cabo Verde aos Quilombos do Brasil: Transfluências, cosmopolíticas da musicalidade e modalidades de resiliência no Atlântico Negro, no sentido de pensar as práticas sonoras em suas relações com as políticas públicas “em ações pela democratização da

representatividade dos povos quilombolas e tradicionais”¹, está dividido em quatro partes. Na primeira parte, contextualizo minha relação com as comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul a partir de minha pesquisa de doutorado (PRASS, 2009; 2013) e trato das tradições performáticas afro-brasileiras (CARVALHO, 2004) de Maçambiques, Quicumbis e Ensaio de Promessa, presentes no RS desde o final do séc. XIX. Na segunda parte, historicizo brevemente algumas legislações conquistadas através das lutas dos movimentos sociais negros e, na terceira parte, as articulo com as percepções de dois colaboradores que têm atuado em projetos junto a comunidades quilombolas e coletivos negros via leis de incentivo à cultura, pessoas que acompanho há vários anos e com quem conversei mais especificamente sobre esse tema nos últimos meses de 2025. Por fim, nas considerações finais, procuro problematizar percepções contemporâneas, especialmente pós-pandemia da Covid-19, de fortalecimento e revitalização das manifestações do Maçambique e dos Quicumbis no RS, a partir de aportes financeiros para documentários, eventos, oficinas, via leis de incentivo, que têm ampliado a visibilidade dessas tradições. Infelizmente, junto a essa visibilidade, diversos tipos de preconceitos incidem sobre esses grupos, além do racismo estrutural que persiste, ambos inúmeras vezes manifestados nas redes sociais.

Parte 1 - Musicalidades quilombolas RS

A partir de minha pesquisa de Doutorado desenvolvida junto a comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul (PRASS, 2009; 2013) e, nos anos seguintes, em projetos de extensão (BRAGA, 2010; LUCAS *et al.* 2010; LUCAS, LOBO, 2013), aproximei-me das pessoas que, dentre outras experiências sensíveis, vivem as tradições de Maçambiques, Quicumbis e Ensaio de Promessa. Entendidas a partir das propostas do etnomusicólogo José Jorge de Carvalho, como tradições performáticas afro-brasileiras (CARVALHO, 2004), Maçambiques, Quicumbis e Ensaio de Promessa podem ser compreendidos como sotaques sonoro-perfomáticos de Congadas na diáspora, como outras que ocorrem em outras regiões do Brasil (mas também do mundo, se pensarmos nas *Kongo Dances* de New Orleans, por exemplo²). São rituais afro-católicos, herdeiros do catolicismo africano, realizados desde o século XIX (pelo menos) por africanos e afro-descendentes no RS, em devoção à Nossa

¹ Texto de apresentação do GT 9, disponível em: [Grupos de trabalho](#). Acesso em: 23 fev. 2026.

² Para aprofundar essas questões das musicalidades afro-diaspóricas em New Orleans ver DEWULF, 2017; Brasil, 2019.

Senhora do Rosário, São Benedito e Nossa Senhora da Conceição, utilizando para isso, o deslocamento em cortejo, com cantos específicos, performados com o uso da voz, instrumentos de percussão e dança. Nas palavras de Mário de Andrade, que foi um grande estudioso das Congadas brasileiras no início do século XX, trata-se de “[...] um cortejo real festivo, que se realizava pela coroação dos reis negros. Essa é a significação essencial, [...] de todos esses bailados negros: um cortejo real dançado” (ANDRADE, 1959 [1934-1944], p. 36). Ressalvadas as críticas contemporâneas ao paradigma folclorista ao qual Mário de Andrade era signatário, sua percepção coloca o Rei do Congo e a Rainha Ginga no centro destas tradições.

Especificamente em relação ao Maçambique de Osório, assim o descrevi em 2009:

Duas varas com doze dançantes, coordenadas por um guia em cada uma, cantam e dançam com os pés descalços, ao soar agudo das maçacalhas³ presas às suas pernas, sob os olhares atentos dos dois capitães de espada, respondendo aos cantos chamados pelos tamboreiros, cujo chefe de tambores é também o chefe do grupo. Tamboreiros, capitães e dançantes acompanham e protegem seus reis: o Rei do Congo e a Rainha Ginga, bem como a alferes da Bandeira, responsável por carregar e cuidar da imagem de Nossa Senhora do Rosário, protetora dos negros maçambiqueiros em seus deslocamentos cotidianos, desde os tempos da escravização. Performatizando sua devoção pelas ruas de Osório, trinta e duas pessoas envolvidas diretamente com o Maçambique agregam outras tantas, impactadas pelas sonoridades, coreografias e imagens do cortejo negro. (PRASS, 2009, p. 161).

Foi outro folclorista de grande importância em meados do século XX, o carioca Luiz Heitor Correia de Azevedo que, articulado com o professor e também folclorista, o gaúcho Ênio de Freitas e Castro, esteve em Osório, 1946, registrando o Maçambique de Osório. Ambos estavam envolvidos com o chamado “movimento folclórico” (VILHENA, 1997) que articulava muitos pesquisadores do Brasil no sentido de coletar registros de tradições que, acreditavam, poderiam desaparecer. O fato é que este registros – vinte e três fotografias e

³ Foi ao compartilhar este artigo em processo com o antropólogo e amigo Iosvaldyr Bittencourt. Jr, que ele me chamou atenção que os maçambiqueiros têm afirmado o instrumento musical como “maçaquaia” assim como mencionado por Nei Lopes: “Maçaquaia s.m.: chocalho de palha que se toca brandindo ou amarrado ao tornozelo. De machacá, contaminado por chocalho ou chocalhar” (LOPES, 2003, p. 130). Maçacaia e maçacalha, como usei em 2009, são tanto interpretações da oralidade como expressões utilizadas em jornais e textos diversos, mas o termo que se consagra e que passo, portanto, a utilizar a partir de agora é “maçaquaia”. Professor Iosvaldyr continuou: “Talvez, quando sinalizares sobre o verbete do Nei Lopes sobre maçaquaia, aditar uma explicação de que em Osório a maçaquaia, antigamente feita com cipó, é hoje produzida com lascas de taquara, ainda verde, que são entrelaçadas formando cilindros, os quais são fechados com pequenos círculos feitos a partir do porongo, onde são depositados sementes de contas de lágrimas de Nossa Senhora ou de caetés. Depois [as maçaquaias] são amarradas com guizos, às panturrilhas. Daí a sua importância para a performance complexa do Maçambique e sua importância para a singularidade do sotaque musical” (Iosvaldyr Bittencourt Jr., comunicação pessoal em 16 de março de 2026).

seis gravações em áudio – eram desconhecidos dos próprios maçambiqueiros de Osório e, graças à disponibilização dos mesmos pelo Laboratório de Etnomusicologia da UFRJ, através do professor Samuel Araújo, pude devolver essas preciosidades ao grupo em 2008⁴.

Menciono este fato porque, apesar da forte presença negra no RS ser sempre relativizada ou mesmo negada por uma parcela dos gaúchos, no século XX, pesquisadores de outras regiões do Brasil e do mundo⁵ sabiam da existência dessas manifestações e tinham interesse nelas.

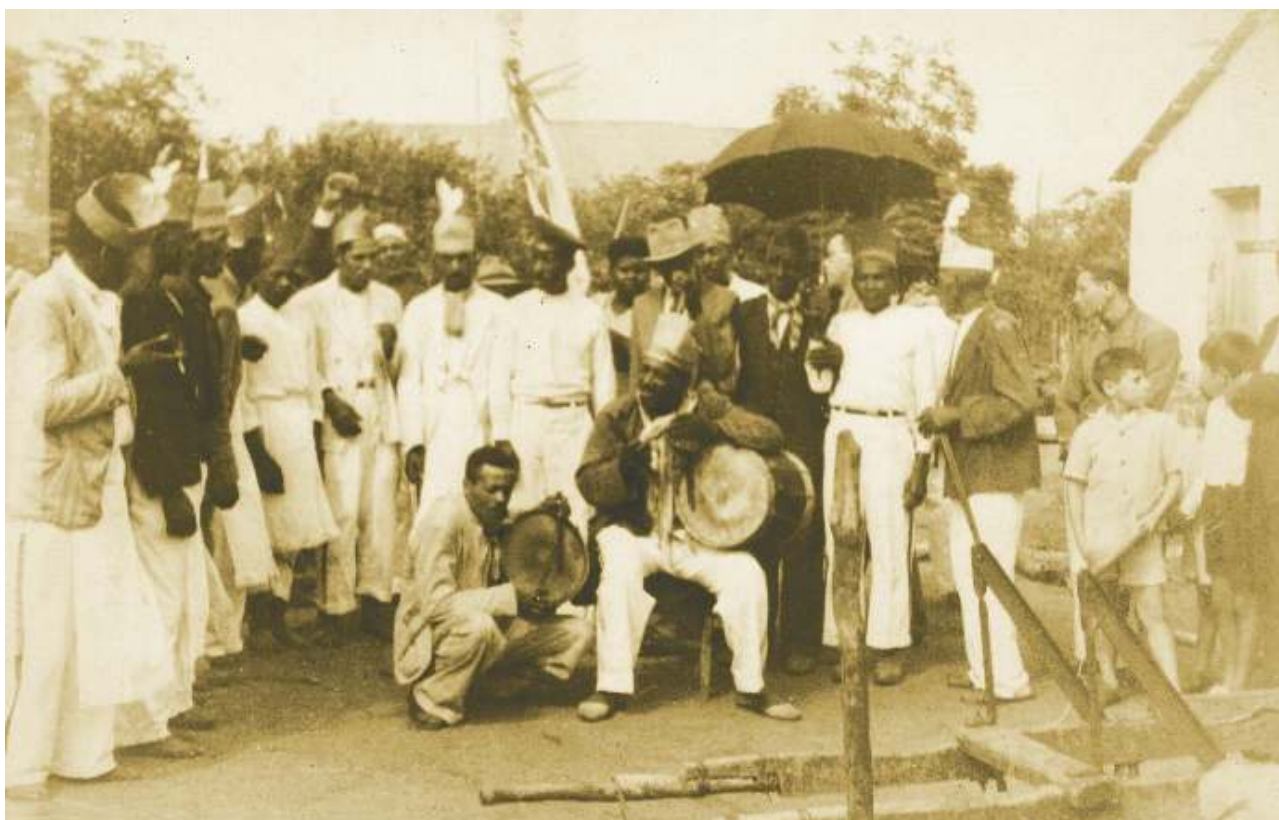


Imagem 1: “Terno de maçambiques diante do barracão”. Acervo do Laboratório de Etnomusicologia da UFRJ. Fotografia de Mary Rowell⁶. Osório, 1946.

⁴ Há mais detalhes sobre esse processo de devolução em Prass, Luciana. Ouvindo gravações de 1946 em 2008: Primeiras gravações de campo realizadas no RS retornam aos maçambiqueiros de Osório. *Música & Cultura* (Salvador. Online), v. 4, p. 1/5-17, 2009. Disponível em: https://www.abet.mus.br/wp-content/uploads/2021/12/6_vol_4_prass.pdf. Acesso em: 26 jan. 2026.

⁵ Dentre os pesquisadores de tradições afro-diaspóricas no Rio Grande do Sul podemos citar o antropólogo estadunidense Melville Jean Herskovits (1895 – 1963) que esteve em Porto Alegre na década de 1940 (ver ORO, 2002).

⁶ As gravações realizadas no Rio Grande do Sul contaram com uma equipe formada pelo técnico e pesquisador Egídio de Castro e Silva, da Escola Nacional de Música do RJ, pela senhora Mary Rowell, esposa de Carleton Sprague Smith, à época, adido à Embaixada dos EUA, no Rio de Janeiro (1942 – 1946), responsável por toda a documentação fotográfica da excursão, por Ênio de Freitas e Castro, e por Luiz Heitor Corrêa de Azevedo. Como acompanhantes, encontravam-se as senhoras Ylah de Freitas e Castro e Violeta Corrêa de Azevedo, esposas dos dois professores. Para mais informações ver Prass, 2009.

E foi juntando fios como esses, junto a recortes de jornais, falas de memórias de quilombolas idosos sobre práticas antigas nas comunidades, sobre instrumentos musicais, cantos compartilhados, pessoas que circularam em diferentes regiões do estado, que cheguei à proposta da existência de uma rede de congadas no RS no início do século XX.

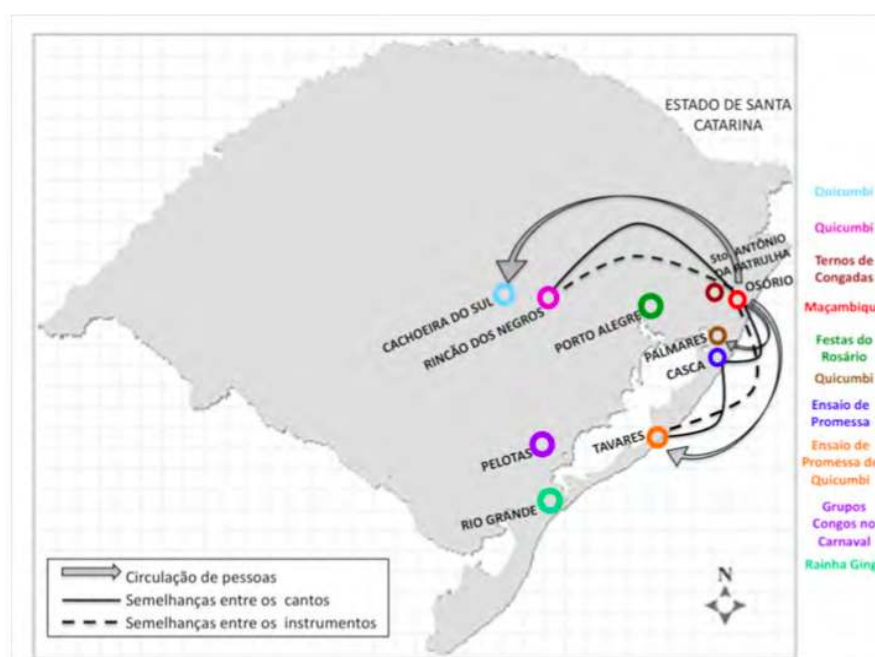


Imagem 2: Croqui de uma possível rede de Congadas no RS, até meados do século XX (PRASS, 2009, p. 84).

Mas ao longo do século XX houve um desaparecimento dessas manifestações em muitos locais, à exceção do Maçambique, de Osório e dos Ensaio de Promessa de Quicumbi, de Tavares⁷, que sempre se mantiveram, mesmo com muitas dificuldades, realizando pagamentos de promessas e festas, em especial à Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Quando eu iniciava o trabalho de campo, em 2006, Seu Joci David (*in memoriam*) estava retomando o Quicumbi do Rincão dos Negros, em Rio Pardo. Reencontrar essas tradições ancestrais era (e é) uma forma de atestar a longevidade das comunidades quilombolas que começavam a se organizar em associações para fins de reconhecimento de suas terras como território quilombola, titulação essa garantida pela Constituição de 1988 a partir de muitas lutas dos movimentos sociais. Vale mencionar que os primeiros laudos sobre territórios quilombolas no RS começaram a ser realizados nos anos 2000, com papel fundamental do

⁷ Sobre o Ensaio de Promessa de Quicumbi de Tavares, RS, ver Lobo, 2010.



Instituto de Apoio às Comunidades Remanescentes de Quilombos (IACOREQ) junto às universidades federais do estado. O primeiro laudo finalizado e também a primeira titularização de terras quilombolas no Rio Grande do Sul foi o da Família Silva, localizado na zona urbana de Porto Alegre, em 2005⁸.

Parte 2 - Amparo legal às comunidades negras e incentivo à cultura de mestres e mestras

A partir da Constituição de 1988 e sob a contínua e vigilante pressão dos movimentos sociais, em especial, do movimento social negro, algumas legislações pela garantia dos direitos da população negra, posteriores à ela, são importantes de serem mencionadas. Dentre essas medidas é fundamental citar a Lei 10.639/2003, que instituiu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura Afro-Brasileira e africana em todos os níveis de ensino e, na sequência, em 2004, a promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Esse cenário, desenvolvido no contexto do primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, começou a colocar em evidência outros saberes e, conseqüentemente, os mestres e mestras detentores dos mesmos, algo que ajudou a fortalecer o movimento de reconhecimento das comunidades quilombolas, além das questões ligada à educação, foco dessas políticas públicas⁹.

E é em 2004 que, na gestão de Gilberto Gil, como Ministro da Cultura, foi criado o Programa *Cultura Viva* (2004). Sua implementação foi iniciada com a Portaria Ministerial nº 156/2004, que lançou o primeiro edital para a seleção de "pontos de cultura". Os pontos de cultura começaram a fortalecer coletivos e comunidades, inclusive algumas associações comunitárias quilombolas foram reconhecidas como pontos de cultura.

Pensando numa cronologia de políticas públicas voltadas a grupos minoritários no país, poderíamos mencionar ainda a implementação da política de cotas nas universidades, que começa na UnB em 2003, seguida por outras universidades, até se tornar Lei Federal em 2012 (BRASIL, 2012).

Também é importante mencionar o início do Projeto Encontro de Saberes, em 2010,

⁸ Informações sobre os processos de reconhecimento e titulação de comunidades quilombolas do Brasil disponíveis em <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/acompanhamentoprocessos.pdf>. Ver também o Atlas da Presença Quilombola em Porto Alegre/RS (Pires; Bittencourt, 2021).

⁹ Menciono também a Lei nº 11.645/2008 que incluiu o ensino da história e cultura indígena à Lei nº 10.639/2003, que já exigia o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas de ensino fundamental e médio, públicas e privadas. Pelo escopo desta comunicação, não desenvolverei aspectos ligados a comunidades indígenas mas, sem dúvida, elas também são signatárias das leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc que menciono aqui.



proposto por José Jorge de Carvalho, através no Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCTI), sediado na UnB. Segundo Carvalho,

apresenta-se aqui o projeto Encontro de Saberes como uma intervenção teórico-política de tipo transdisciplinar que busca descolonizar o modelo de conhecimento dado nas universidades da América Latina e do Caribe. Parte-se da ideia, segundo a qual, uma característica da colonialidade na região tem sido consolidar instituições acadêmicas que funcionam como réplicas das universidades criadas na Europa no século XIX. Aposta-se na inclusão de distintos elementos pedagógicos dentro de um espaço epistemicamente diverso e ancorado aos saberes locais tradicionais. (CARVALHO; FLOREZ FLOREZ, 2014).

A proposta do Encontro de Saberes, hoje implantada em 27 Instituições de Ensino Superior (IES), tem colocado mestres e mestras de saberes tradicionais, indígenas e afro-brasileiros como ministrantes em disciplinas em cursos de graduação e pós-graduação, algo que tem sido amplamente documentado e debatido por vários autores/as de múltiplas áreas do conhecimento (ALBERNAZ, CARVALHO, 2016; STEIN et al., 2019; CARVALHO; VIANNA, 2020; TETTAMANZY et al., 2023; PRASS, 2025, entre outros/as). Esse movimento do Encontro de Saberes, conseqüentemente, têm fortalecido a aproximação da universidade com comunidades de mestres e mestras, incluindo aí, as comunidades quilombolas, na formulação de projetos colaborativos.

Todas essas leis, programas e ações têm colaborado no processo de visibilização e valorização de práticas sociais, educacionais e culturais de grupos sociais negros. Mas passo a tratar agora de legislações geradas pela pandemia da Covid-19 e a situação de calamidade e precariedade que causou, especialmente entre grupos minoritários e/ou periféricos ligados ao campo da cultura. Foi sob grande pressão da sociedade civil, em especial do campo da cultura, um dos mais afetados pela interrupção de suas atividades¹⁰, que leis emergenciais foram promulgadas, caso da Lei emergencial Aldir Blanc (14.017/2020), Lei Aldir Blanc (14.399/2022) e Lei complementar Paulo Gustavo (195/2022).

Focando especialmente no Rio Grande do Sul, meu campo de pesquisa e atuação, considero que essas leis de incentivo à cultura recentes têm sido fundamentais para o que tenho percebido como uma revitalização das práticas congadeiras nos últimos anos. Foi com essa ideia em mente que fui conversar com pessoas ligadas a projetos envolvendo o Maçambique de Osório e o Quicumbi de Cachoeira do Sul.

¹⁰ Ver Muniagurria, 2021.

Parte 3 - No campo, em diálogo com apoiadores das tradições performáticas do RS

Para a construção desta escrita, conversei com Iosvaldyr Bittencourt Jr., antropólogo, com tese sobre o Maçambique de Osório (BITTENCOURT JR., 2006), marido da Rainha Ginga Francisca Dias, pesquisador das práticas sociais negras, membro do IACOREQ, e com Náthaly Weber, Produtora Cultural, Relações Públicas, Agente Territorial de Cultura no Programa Nacional dos Comitês de Cultura (PNCC), Conselheira Suplente do Conselho Municipal de Política Cultural da Prefeitura de Cachoeira do Sul, RS, responsável pela implementação de vários projetos relativos ao Quicumbi de Cachoeira do Sul. O tom de nossos diálogos, muitos deles realizados através de trocas de mensagens de whatsapp, versou sobre os impactos das leis de incentivo à cultura implementadas durante e no pós-pandemia, e os projetos resultantes delas em relação às comunidades em que estão envolvidos, no caso, com foco no Maçambique, de Osório, e no Quicumbi, de Cachoeira do Sul¹¹.

Náthaly Weber considera que “[...] as políticas emergenciais, desde a Aldir Blanc 1 [lei emergencial Aldir Blanc, de 2020], mas, principalmente, a partir da lei Paulo Gustavo, estão sendo, um marco importante pras culturas populares, culturas tradicionais, culturas periféricas”. Ela explicou:

A Lei Paulo Gustavo foi a base principal para a construção da política nacional Aldir Blanc. Então muito do que funcionou, muito do que foi também, debatido, refletido e demandado também do governo hoje, governo Lula, do governo federal, está sendo implementado então na política nacional Aldir Blanc. E aí a gente tem algumas reflexões: por que isso aconteceu? Principalmente porque, primeiro, era uma lei emergencial que tinha as suas prioridades, as suas prioridades, que era de fato socorrer, ajudar artistas, fazedores, produtores, mestres de saberes, detentores de saberes, pessoas que já historicamente não conseguiam acessar recursos, já não tinham uma estrutura administrativa pra elaborar projeto, captar, manter os seus espaços, comunitários. Então esses grupos, pessoas com deficiência, LGBT, pessoas negras, indígenas, enfim, eram grupos, são grupos que historicamente já tinham essa dificuldade, essa limitação, né, e que tinham que disputar com grandes produtoras nessa parte de captação de recurso público. Então, a lei emergencial [ajudou] também, ao verificar, ao identificar, os maiores impactados, os maiores prejudicados na época da pandemia foram esses grupos. (Náthaly Weber, comunicação pessoal em 10 de novembro de 2025.)

E nesse sentido, Náthaly tem uma percepção muito precisa sobre o fato de que, apesar da pandemia ter atingido a todas as pessoas envolvidas com a cultura, de forma geral, algumas pessoas, alguns artistas e produtores/as conseguiram propor trabalhos alternativos, graças ao

¹¹ Agradeço à Iosvaldyr Bittencourt Jr. e a Náthaly Weber o compartilhamento generoso de suas experiências de longa data e de suas visões sobre o momento atual em relação a políticas públicas e ao reconhecimento das tradições afro-diaspóricas negras no RS.

acesso à internet e com a possibilidade de uso de redes sociais e, assim, dar conta de desenvolver trabalhos mesmo nesse período de adversidade. Porém, justamente os grupos mais vulneráveis ficaram à margem de alternativas imediatas.

Porque querendo ou não as grandes produtoras, pessoas já reconhecidas, renomadas, elas tinham algum, alguma coisa ali, usando as redes sociais, também tinha isso. São pessoas que tinham acesso à rede social, tinham essa ferramenta à sua disposição. A população mais pobre, indígena, não tem esse acesso ainda hoje, alguns territórios não têm acesso à internet. Então, querendo ou não, mesmo os artistas que tiveram os seus trabalhos pausados, impedidos e tudo mais, mas [eles] tinham alguma coisa, alguma estrutura que conseguiram [para] encontrar outros caminhos. Então esses públicos, essas comunidades, elas foram as piores, assim, foram as mais prejudicadas porque já não tinham essa estrutura, já não tinham capital de giro, já não tinham, normalmente, já não tinham muito como se manter. Então na pandemia foi pior. Então a lei emergencial veio também pra isso, priorizando esses grupos. E também trazendo à luz algumas questões legais, como a questão da acessibilidade, a questão da inclusão, a questão de acesso e garantia de direitos, de produção e de acesso a bens culturais desses grupos que também historicamente eram limitados, eram restritos. Então a lei Paulo Gustavo veio com essa característica. (Náthaly Weber, comunicação pessoal em 10 de novembro de 2025).

Náthaly, dentre os vários projetos que vêm propondo em relação às tradições negras de Cachoeira do Sul, RS, um deles, em especial, vem enfocando a recuperação do Quicumbi, algo que estava guardado apenas nas memórias das pessoas negras mais antigas da cidade, ou em registros de historiadores.

Quando desenvolvia minha pesquisa de doutorado, cheguei a algumas descrições sobre o Quicumbi de Cachoeira do Sul e a uma foto (Prass, 2009).



Desfile dos Quicumbis pela Rua Sete de Setembro de Cachoeira do Sul. Acervo do Museu Municipal Edyr Lima, sem autor, sem data (circa 1900). (In: Prass, 2009, p. 77).

Porém, naquele momento, em 2009, não pude dar continuidade à pesquisa específica na cidade de Cachoeira do Sul, pois já era momento de finalizar a tese. O interessante disso é que Náthaly junto a outros pesquisadores da cidade decide ir atrás desta memória e desde 2021 vem realizando, recriando o cortejo de Quicumbi, anualmente. Em artigo recente, publicado na revista dos Comitês de Cultura do RS, ela conta um pouco dessa história:

[...] conheci o Quicumbi pelas falas do pesquisador, músico e compositor Alexandre Flores¹², da pesquisadora e etnomusicóloga Luciana Prass, que já sinalizava a produção do seu livro “Maçambiques, Quicumbis e Ensaios de Promessa: musicalidades quilombolas do sul do Brasil” e da professora e pesquisadora Lair Vidal que foi a nossa guia pela história da população negra de Cachoeira do Sul. [...] . Após a pandemia de Covid-19 que impediu que os trabalhos continuassem e os planos de avançar com as pesquisas tiveram que dar uma pausa, em 2021, os caminhos se reabriram. Fundamos, eu e um grupo de artistas e produtores culturais da cidade a Associação Cachoeirense de Culturas Populares e Tradicionais Rainha Ginga se propondo a criar espaços de visibilidade para as culturas populares e tradicionais e também gerar trabalho e renda para fazedores de cultura desses segmentos. [...] Nesse mesmo ano, o projeto Sarau da Memória – Retomando fazeres ancestrais foi contemplado no Edital Sedac nº 09/2021 FAC Expressões Culturais, através do PRÓ-CULTURA RS, Fundo de Apoio à Cultura, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. O subtítulo já se referia a uma das metas do projeto que era a recriação do Cortejo de Quicumbi de forma artística. Ao longo de 2022, realizamos oficinas de dança e cânticos de Quicumbi no Quilombo Cambará¹³ e em escolas públicas da cidade [...]. (Weber, 2025, p. 1)¹⁴.

E é através dos incentivos dessas leis pós-pandemia que o audiovisual de pequenas proporções ganha destaque. Novamente Náthaly explica isso com precisão, apontando que, não só novos audiovisuais com protagonismo de grupos minoritários ganham destaque, como a repercussão desses documentários passa a chegar mais ao grande público:

E por ser uma lei [a Paulo Gustavo] que veio do Fundo Nacional do Audiovisual, o impacto disso, dos resultados desses editais e desse recurso na sociedade, foi muito mais forte porque é isso: foi visual. Muitos projetos foram justamente pra registrar, salvaguardar essas manifestações, né? Então assim, tudo foi um ganho. Tudo juntou todas as peças. Então, você teve essa, essas cotas, essa priorização pra esses grupos e os produtos que foram gerados dessa lei, também muita coisa foi feita por eles mesmos contando as suas histórias e tendo essa união, digamos assim. As comunidades se juntaram, entenderam também que era importante ter esse registro, que era importante ter produtos, bens culturais, falando deles, eles falando por eles. Então a gente tem aí documentários e filmes falando sobre a população indígena, sobre a população quilombola, falando sobre a comunidade LGBT, falando sobre a

¹² Alexandre Flores é músico, compositor, de Cachoeira do Sul, com pesquisa sobre musicalidades negras da Bacia do Jacuí.

¹³ Para saber mais sobre o Quilombo Cambará em Cachoeira do Sul ver Ramos, 2009.

¹⁴ Artigo completo disponível em

<https://rs.comitedecultura.org.br/2025/11/18/quicumbi-em-cachoeira-do-sul-retomando-fazeres-e-festejos-ancestrais/>.



acessibilidade, e fazendo acessibilidade nos projetos porque era obrigatório. Então isso foi assim um marco realmente, e isso foi trazido também pra política nacional Aldir Blanc. (Náthaly Weber, comunicação pessoal em 10 de novembro de 2025.)

Com direção do cineasta Giuliano Lucas, coordenação de produção da Rainha Ginga Francisca Dias, produção executiva do professor e antropólogo Iosvaldyr Bittencourt Jr., e roteiro da Rainha Ginga Francisca Dias, de Giuliano Lucas e Estêvão da Fontoura, foi lançado, em 2025, o documentário “Osório e o Maçambique: história de fé, cultura e identidade afro-brasileira”, através de fomento via Lei Paulo Gustavo, através da Secretaria de Desenvolvimento, Turismo, Cultura e Juventude da Prefeitura Municipal de Osório¹⁵. Como consta em sua sinopse,

Osório e o Maçambique: História de Fé, Cultura e Identidade Afro-Brasileira investiga as relações entre o Maçambique e a cidade de Osório, no litoral norte do Rio Grande do Sul. A narrativa acompanha a devoção dos “maçambiqueiros” a Nossa Senhora do Rosário, evocando a herança negra simbolizada na realeza da Rainha Ginga e do Rei do Congo. O documentário revela a resistência e a força de uma expressão cultural, religiosa e identitária do povo negro na região sul do Brasil, mostrando como fé, memória e ancestralidade se entrelaçam para manter viva uma tradição que afirma presença e identidade em meio aos desafios do tempo.

Dentre os muitos momentos especiais do documentário, menciono o trecho em que pessoas ligadas ao Maçambique relatam as promessas, que fizeram para nossa Senhora do Rosário, em geral, ligadas a questões de saúde, e que, ao serem atendidas em sua devoção se comprometem ou aos seus filhos que se tornem dançantes do ritual. Muito ouvi sobre essas promessas e as graças recebidas de Nossa Senhora de Rosário enquanto fazia o trabalho de campo na comunidade, mas o que quero chamar atenção é que os depoimentos que nos são compartilhados através do documentário têm uma força e uma verdade muito maior pois há uma conversa entre pares, pessoas que entrevistam e são entrevistadas que compartilham da vida maçambiqueira e da devoção à Nossa Senhora do Rosário. Não é uma entrevista entre um/a pesquisador/a e colaboradores/as. Essa horizontalidade concreta, real, é o que quero chamar atenção nessas produções recentes feitas pelas próprias comunidades. Como apontou Náthaly Weber acima, são “eles falando por eles”, os detentores das tradições dizendo o que querem dizer.

Entre 2024 e 2025 Náthaly, através da produtora Saia Rodada, em parceria com a comunidade quilombola do Rincão dos Negros, mestres do Ensaio de Promessa de Quicumbi, de Tavares, e vários estudiosos da comunidade negra de Cachoeira do Sul, lançou o

¹⁵ Documentário disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=wjmhA8LQfsg>.



documentário “Quicumbi em Cachoeira do Sul: retomando saberes ancestrais”¹⁶, contemplado com o financiamento do Edital 01/2023 da Secretaria Municipal de Cultura de Cachoeira do Sul, através da Lei Paulo Gustavo. Tive a oportunidade de participar desse trabalho, dando um depoimento que acabou promovendo meu retorno à comunidade quilombola do Rincão dos Negros, em Rio Pardo, onde reencontrei meus colaboradores de pesquisa como o senhor Adair David e suas irmãs que tanto me apoiaram em meu trabalho de campo entre 2006 e 2009. Foi um momento de muita emoção gravar meu depoimento lá mesmo, na igrejinha da comunidade, e ouvir como seguiram desenvolvendo o Quicumbi nos últimos anos. Além das falas de pesquisadores, o documentário faz ouvir integrantes do Quicumbi de Rio Pardo e do Ensaio de Promessa de Tavares, fortalecendo esses grupos e suas tradições.

Náthaly Weber conecta esses movimentos com a promoção da cidadania e a democratização do acesso à cultura e menciona a revitalização do programa Cultura Viva, definido por ela como “cultura de base comunitária” que voltou a ter recursos através da Lei Aldir Blanc.

A partir do momento em que a gente tem essa oportunidade na Paulo Gustavo de promover oitivas, de fazer a construção de decidir, a sociedade decidindo de forma participativa, cobrando das gestões municipais, fazendo a coisa acontecer. A Aldir Blanc já foi um avanço, né? Foi um a mais. Então a gente continua com essas prioridades, com esses grupos prioritários, a gente continua com essa visão de que precisamos garantir a diversidade cultural através das políticas, a política é pra isso também. E ainda tem a Cultura Viva, que vem junto com a política nacional Aldir Blanc. O Governo Federal, dessa forma, conseguiu garantir recursos para a política Cultura Viva, que já tinha aí, completou esse ano [2025] 20 anos, e sempre foi essa dificuldade de orçamento, até pelos governos que a gente passou aí, governos de direita, governos que não queriam investimento em cultura [...]. Então agora, através da política nacional Aldir Blanc, a gente consegue, então, ter orçamento, ter recursos para a Cultura Viva, que é isto, é cultura de base comunitária. São pontos de cultura, são pessoas que estão nas suas comunidades promovendo, não só atividades culturais, apresentações, oficinas, mas também promovendo cidadania, promovendo desenvolvimento social, socioeducativo. É um a mais que é, na verdade, cumprindo ali uma função que também é da cultura, de construir cidadania, de garantia de direito, de preservação, de salvaguarda, enfim. (Náthaly Weber, comunicação pessoal em 10 de novembro de 2025).

À guisa de conclusão: o Maçambique de Osório é Portela no Rio de Janeiro

Em conversa por whatsapp com o professor Iosvaldyr Bittencourt Jr., em novembro de 2025, quando compartilhou comigo o link do documentário sobre o Maçambique, recém lançado, ele mais uma vez me relatou parte da biografia da Rainha Ginga Francisca Dias. Nas

¹⁶ Documentário disponível em: [“Quicumbi em cachoeira do Sul – retomando fazeres ancestrais”](#).

suas palavras:

Rainha Ginga Francisca Dias. Francisca Dias, conhecida como Rainha Ginga Preta, é Mestra do Maçambique do Reinado Negro, tradição de matriz africana Bantu presente no litoral norte do Rio Grande do Sul. Nascida e criada no Quilombo do Morro Alto (entre Osório e Maquiné, RS), é uma das principais guardiãs dessa herança cultural afro-brasileira. Atualmente, coordena o Grupo/Congada do Maçambique e exerce a função de Rainha Ginga, sucedendo uma linhagem de mestras notáveis: Maria Teresa Joaquina de Oliveira (1954-1980), Tomásia Oliveira (1980-2005) e Severina Maria Francisca Dias. Ao longo de sua vida, Rainha Ginga Preta tem desempenhado papel fundamental na preservação, transmissão e fortalecimento do Maçambique, manifestação que integra fé, dança, música e memória coletiva. Sua liderança vai além da condução do grupo: é símbolo de resistência cultural, de afirmação identitária e de continuidade da tradição do Reinado Negro no sul do Brasil. (Iosvaldyr Bittencourt Jr., comunicação pessoal em 9 de novembro de 2025).

E acrescentou:

Sua trajetória é marcada também por diversos reconhecimentos nacionais e regionais: Prêmio Comenda João Cândido Felisberto (2005), concedido pela Ceppir do GHC (Hospital Conceição-RS), pelo trabalho em defesa da cultura negra; Prêmio Culturas Populares – Mestra Dona Izabel (2009), categoria Grupos/Região Sul, concedido pelo Ministério da Cultura (DF); Diploma de Reconhecimento durante a Semana do Folclore, Congada Gaúcha, da Comissão Gaúcha de Folclore (2010); Prêmio Culturas Populares – Edição Leandro Gomes de Barros (2017), categoria “Herdeiros de Mestres e Mestras In Memoriam” (11º lugar); Prêmio Conselho Estadual de Cultura do RS (2018), Destaque em Cultura – Tradição e Folclore [e o Prêmio Mestre Lucindo, em 2023, como Mestra reconhecida do RS]. Com dedicação e compromisso, Rainha Ginga Francisca Dias mantém viva a força ancestral do Maçambique e do Reinado Negro, consolidando-se como referência no cenário cultural gaúcho e nacional, inspirando novas gerações a reconhecer e valorizar a herança africana no Brasil. (Iosvaldyr Bittencourt Jr., comunicação pessoal em 9 de novembro de 2025).

Trago este depoimento do professor Iosvaldyr Bittencourt Jr. em relação à Rainha Ginga do Maçambique de Osório, Francisca Dias, no momento em que menciono que a Portela do Rio de Janeiro, no carnaval de 2026, homenageou a comunidade negra do Rio Grande do Sul a partir da história do Príncipe Custódio, líder no Benin que se estabeleceu em Porto Alegre no século XIX¹⁷. Devido a este enredo, várias lideranças negras do estado do RS foram convidadas a participar do desfile da Portela, dentre elas, a Rainha Ginga Francisca Dias e o Rei do Congo, João Batista Rodrigues, do Maçambique de Osório. Suas presenças no

¹⁷ O enredo de 2026 da Portela, “O mistério do Príncipe Bará: a oração do Negrinho e a ressurreição de sua coroa sob o céu aberto do Rio Grande” foi assinado pela historiadora Fernanda Oliveira, professora da UFRGS, junto de três profissionais Portela: João Vitor Silveira, Marcelo David Macedo e o carnavalesco André Rodrigues.



desfile emanaram grande força simbólica.

Mas infelizmente é preciso mencionar os bastidores desse processo, em especial, da divulgação de um vídeo de um vereador de Osório, em seu perfil no Instagram, que, dias antes da votação do projeto que apoiaria financeiramente a viagem dos Reis ao Rio de Janeiro, tentou dividir a opinião pública da cidade ao desconsiderar o valor do Maçambique que é Bem Cultural de Osório¹⁸ – sem nem citá-lo – e ao buscar destituir a coletividade ancestral que Francisca Dias e João Batista Rodrigues representam¹⁹ (há menções ao Maçambique de Osório pelo menos desde 1850).

Pude acompanhar a votação na Câmara de Vereadores de Osório, às vésperas do carnaval, pela aprovação do apoio financeiro à participação dos Reis no desfile da Portela e ver que os racismos insistem em presentificar-se, mascarados de preocupações com o uso dos recursos públicos. Felizmente, mais uma vez, segundo a percepção da Rainha Ginga Francisca Dias, Nossa Senhora do Rosário atuou, o recurso foi aprovado, e eles representaram bravamente o Maçambique, Osório e o Rio Grande do Sul no carnaval do Rio de Janeiro.

Em entrevista ao jornalista João Neto do Matinal Jornalismo, logo após a participação dos Reis no desfile da Portela, Iosvaldyr Bittencourt Jr. desabafou:

A prefeitura municipal de Osório declarou o Maçambique, por meio do Decreto nº 091/2019, durante a gestão do prefeito Eduardo Aluísio Abrahão, um Bem Cultural Imaterial de Osório. Entretanto, a gestão municipal ainda não preserva, ampara, protege ou fomenta esse patrimônio por meio de uma política pública e permanente. Conforme a direção político-partidária, o apoio institucional oscila entre o descaso, a negligência administrativa e o apoio eventual, que se restringe a assegurar a realização da Festa da Nossa Senhora do Rosário (com renovação das roupas sagradas, logística de transportes e alimentação para o grupo de dançantes, durante os quatro dias de festa). (Bittencourt Jr. a Neto, 2026).

Maçambiques, Quicumbis, Ensaios de Promessa, Congadas, Escolas de Samba, linhagens de tradições performáticas afro-diaspóricas de devoção, resistência, territorialidade e luta, são alguns dos eixos culturais que têm fortalecido os movimentos sociais negros em seus percursos em prol da formulação de leis e políticas públicas. Na continuidade dessas

¹⁸ Decreto nº 091/2019 da Prefeitura Municipal de Osório.

¹⁹ “20 mil para 2 pessoas desfilar no Rio??”: esse foi o título do post de um vereador de Osório – que propositalmente não nomearei aqui –, criticando o apoio da prefeitura de Osório à participação dos Reis no desfile da Portela. Importante mencionar o desfecho dessa história. Além do apoio ser aprovado pela maioria dos vereadores de Osório, após o desfile, os Reis levaram a prestação de contas diretamente ao prefeito de Osório, e devolveram para os cofres públicos R\$8.165,49 do total de R\$20.000,00 que haviam sido disponibilizados a eles. Informação divulgada pelo Jornal Rota do Mar de 16 de março de 2026. Disponível em <https://jornalrotadomar.com.br/news/2026/03/16/grupo-macambique-entrega-a-prestacao-de-contas-da-participacao-no-carnaval-do-rio-de-janeiro-e-devolve-parte-do-recurso/>. Acesso em: 18 mar. 2026.

conquistas, é fundamental que se formem parcerias para construção de projetos colaborativos entre universidades, produtores/as e comunidades nos quais sejam elas – as comunidades – as protagonistas das propostas em editais de fomento que tratem de seus bens culturais e que os produtos gerados dessas parcerias contribuam cada vez mais para o reconhecimento dos patrimônios imateriais afro-diaspóricos pela sociedade abrangente e para o enfrentamento ao racismo, ao epistemicídio e a todas as formas de violência contra a população negra e quilombola.



Imagem 3: Desfile da Portela, Rio de Janeiro, 2026. Detalhe do carro alegórico com o Rei do Congo, João Batista Rodrigues, à esquerda com os braços levantados e a Rainha Ginga Francisca Dias, a terceira pessoa na fileira de trás, em pé, com o vestido vermelho.

Referências:

ANDRADE, Mário. *Danças Dramáticas do Brasil*. São Paulo: Martins Editora, 1959 [1934 – 1944].

BITTENCOURT JR., Iosvaldyr. *Maçambique de Osório: entre a devoção e o espetáculo: não se cala na batida do tambor e da maçaquia*. Porto Alegre: PPGAS, 2006. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Disponível em <http://hdl.handle.net/10183/12758>. Acesso em: 15 mar. 2026.

BRAGA, Reginaldo Gil. Diálogos entre quilombolas e universitários: trocas interculturais através da música. *Salão de Extensão* (10. : 2009 set. 22-25: UFRGS, Porto Alegre, RS). Disponível em <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/168152>. Acesso em: 24 fev. 2026.

BRASIL. *Lei nº 12.711*, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades



federais e nas instituições federais de ensino e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 29 ago. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 15 mar. 2026.

BRASIL. *Lei nº 14.017*, de 29 de junho de 2020. Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 30 jun. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/114017.htm. Acesso em: 15 mar. 2026.

BRASIL. *Lei nº 14.399*, de 8 de julho de 2022. Institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 8 jul. 2022a. Edição extra. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/114399.htm. Acesso em: 15 mar. 2026.

BRASIL. *Lei complementar nº 195*, de 8 de julho de 2022. Dispõe sobre apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural [...]. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 8 jul. 2022b. Edição extra.

CARVALHO, José Jorge de. Metamorfoses das tradições performáticas afro-brasileiras: de patrimônio cultural à indústria do entretenimento. In: Londres, Cecília [et. al]. *Celebrações e saberes da cultura popular: pesquisa, inventário, crítica, perspectivas*. Rio de Janeiro: Funarte, Iphan, CNFCP, 2004. [Encontros e estudos; 5]. p. 65 - 83.

CARVALHO, José Jorge de; ALBERNAZ, Pablo de Castro. Encontro de Saberes: por uma universidade antirracista e pluriepistêmica. *Horizontes Antropológicos*, 28 (63), May-Aug 2022. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ha/a/F9NpLCqhy5tzj5GwchFY86h/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2026.

CARVALHO, José Jorge; FLOREZ FLOREZ, Juliana. Encontro de saberes: projeto para descolonizar o conhecimento universitário eurocêntrico. *Nômadias*, Bogotá, n. 41, p. 131-147, 2014. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0121-75502014000200009&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 mar. 2026.

CARVALHO, José Jorge de; VIANNA, Leticia Costa Rodrigues. O Encontro de Saberes nas Universidades. Uma síntese dos dez primeiros anos. *Revista Mundaú*, n. 9, p. 23-49, 2020.

DEWULF Jeroen. From the Kingdom of Kongo to Congo Square: Kongo Dances and the Origins of the Mardi Gras Indians. Lafayette: University of Louisiana at Lafayette Press, 2017. Resenha de BRASIL, Eric. As origens dos Mardi Gras Indians de Nova Orleans em contexto atlântico. *Afro-Ásia*, 59, p. 309-316, 2019.



LOBO, Janaina Campos. *Entre gingas e cantigas : etnografia da performance do ensaio de promessa de quicumbi entre os morenos de Tavares, Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, 2010. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Disponível em <http://hdl.handle.net/10183/24843>. Acesso em: 23 fev. 2026.

LOPES, Nei. *Novo Dicionário Banto do Brasil*. Rio de Janeiro, Pallas, 2003.

LUCAS, Maria Elizabeth; LOBO, Janaina. *O Ensaio de Promessa de Quicumbi entre quilombolas do Rio Grande do Sul*. 1. ed. Porto Alegre: Iphan, 2013.

LUCAS et al. Saberes musicais compartilhados: etnomusicologia e intervências universitárias com jovens quilombolas. *Salão de Extensão* (11. : 2010 out. 05-08: UFRGS, Porto Alegre, RS). Disponível em <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/167750>. Acesso em: 24 fev. 2026.

MUNIAGURRIA, Lorena Avellar de. “Os primeiros a parar e os últimos a voltar”: trabalhadores da cultura no Brasil em tempos de Covid-19. *Música e Cultura*, n. 12, 2021. p. 232 – 243.

NETO, João. A congada gaúcha entre a Portela e a Gaviões da Vila Nova. *Matinal Jornalismo*, 23 de fevereiro de 2026. Disponível em <https://www.matinal.org/cultura/a-congada-gaucha-entre-a-portela-e-a-gavioes-da-vila-nova/>. Acesso em: 15 mar. 2026.

ORO, Ari Pedro. Religiões afro-brasileiras do Rio Grande do Sul: passado e presente. *Estudos Afro-Asiáticos* 24 (2), 2002. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ea/a/MHgZxZM6Nw5qzMqZHYy7dOg/?lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2026.

PIRES; Claudia Luisa Zeferino; BITTENCOURT, Lara Machado. *Atlas da presença quilombola em Porto Alegre*. Porto Alegre: NEGA/UFRGS, 2021. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/248507>. Acesso em: 17 mar. 2026.

PRASS, Luciana. Ouvindo gravações de 1946 em 2008: Primeiras gravações de campo realizadas no RS retornam aos maçambiqueiros de Osório. *Música & Cultura* (Salvador. Online), v. 4, p. 1/5-17, 2009. Disponível em: https://www.abet.mus.br/wp-content/uploads/2021/12/6_vol_4_prass.pdf. Acesso em: 26 jan. 2026.

PRASS, Luciana. *Maçambiques, Quicumbis e ensaios de promessa: um re-estudo etnomusicológico entre quilombolas do sul do Brasil*. Porto Alegre: PPGMUS/UFRGS, 2009. Tese de Doutorado em Música. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/27854>. Acesso em: 26 jan. 2026.

PRASS, Luciana. *Maçambiques, Quicumbis e ensaios de promessa: musicalidades quilombolas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2013.



PRASS, Luciana. Encontro de saberes e os desafios da inserção das etnopedagogias musicais de mestres e mestras no Ensino Superior. In: Congresso Nacional da Associação Brasileira de Educação Musical (27. : 2025 : Curitiba, PR). Anais [recurso eletrônico], Curitiba, PR: ABEM, 2025. Disponível em <https://eventos.abem.mus.br/eventos/article/view/491/40>. Acesso em: 15 mar. 2026.

RAMOS, Ieda Cristina Alves. O lugar do parentesco na aliança entre um laudo antropológico e um território quilombola: análise a partir do processo de regularização fundiária do Quilombo Cambará em Cachoeira do Sul/RS. Porto Alegre: PGDR, 2009. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25819/000753023.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 mar. 2026.

STEIN, Marília Raquel Albornoz; TETTAMANZY, Ana Lucia Liberato; KUBO, Rumi Regina; PRASS, Luciana. A interdisciplina Encontro de Saberes/UFRGS como proposta investigativa metodológica. Anais... VII Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia-ReACT. Florianópolis: UFSC, 2019.

TETTAMANZY, Ana Lúcia Liberato; MEINERZ, Carla Beatriz; ALCÂNTARA, Celina Nunes de; PIRES, Claudia Luisa Zeferino; PEREIRA, Eráclito; PRASS, Luciana; STEIN, Marília Raquel Albornoz; KUBO, Rumi Regina. Encontro de saberes na UFRGS : o reconhecimento do notório saber de mestras e mestres tradicionais e populares. In: *DEDS em Revista*, Porto Alegre, Vol. 4, n. 1 (2023), p. 24-33.

VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro (1947- 1964)*. Rio de Janeiro: Funarte: FGV, 1997.